

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO OFICIAL DO BRASIL (1500 - 2000)

Rossana Farias Queiroz Ferrer ¹; Luziel Augusto da Silva²;

¹Universidade Federal da Paraíba, rossanafs@hotmail.com

²Universidade Federal da Paraíba, luziel.augusto@hotmail.com

Resumo:

Focalizando as relações entre História da Educação e Educação Especial, este artigo tem por intuito tecer uma trajetória histórica da Educação Especial no Brasil, do período colonial ao republicano, como forma de compreender o processo histórico da Educação Especial que conduziu ao processo de exclusão das pessoas com deficiência. Traçando uma análise teórica destes momentos e seus reflexos no contexto da educação na atualidade. Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica realizada a partir de registros disponíveis que implicam em documentos legais e publicações específicas a respeito da temática disponíveis em plataformas digitais, revistas científicas e bibliotecas. Dessa forma, contemplando as condições de implantação da proposta do Governo Federal com relação a inclusão ressaltando os impasses e/ou avanços estabelecidos no decorrer dos anos.

Palavras-chave: TRAJETORIA, EDUCAÇÃO ESPECIAL, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.

Introdução

O presente artigo ora apresentado surgiu da necessidade de compreender o percurso histórico da Educação Especial enfatizando aspectos que conduziram ao processo de exclusão das pessoas com deficiência da História Oficial da Educação no Brasil, pois estas pessoas nunca tiveram voz, sempre tiveram seus direitos básicos negados. Portanto, esse artigo tem por princípio trazer o esclarecimento sobre o não aparecimento de pessoas com deficiência na história contada pelos “vitoriosos” e as práticas excludentes, mediante as quais, pessoas com deficiência são segregadas na sociedade, nos dias atuais.

Nesse íterim, foi estabelecida uma interface entre História e educação Especial, tecendo uma trajetória na história da Educação Especial no Brasil, do período colonial ao republicano. Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica que segundo Severino (2016) é realizada a partir de registros disponíveis que implicam em

documentos legais e publicações específicas a respeito da temática disponíveis em plataformas digitais, revistas científicas e bibliotecas. Assim, esse estudo tem por objetivo reconstituir a trajetória histórica buscando recolocar os “esquecidos” da história oficial na escrita da história e identificar aspectos que contribuíram para a formação de instituições voltadas para a educação especial ao longo da história do Brasil traçando uma análise teórica desses momentos e seus reflexos no contexto educacional brasileiro.

Pessoas com deficiência no período colonial: contextos e reflexos

A história oficial do Brasil demarcou que o país foi descoberto em 1500, porém, essa visão é dos europeus, pois antes da esquadra de Pedro Álvares Cabral atracar nas terras que viriam a ser denominadas Terra de Santa Cruz e, posteriormente Brasil, habitavam aqui populações indígenas que viviam em sociedades não hierarquizadas, como os povos Tupi e Guarani. Conforme Couto (1998, p.45): “ Quando os tripulantes da armada de Cabral desembarcaram na Terra de Santa Cruz, os Tupi e os Guarani efetuavam denodados esforços para completar a conquista do litoral”.

Estas tribos indígenas desenvolviam uma economia natural e de subsistência em que sobreviviam da caça, da pesca, da coleta de frutos e de algumas plantações. Os produtos eram divididos igualmente por todos não havendo, portanto, excedentes. Assim, viviam com suas tradições, crenças, costumes e rituais. Na participação da vida em sociedade, não havia diferenciação entre os membros apenas aquela relacionada a divisão do trabalho entre homens e mulheres. Vale destacar, que nestas sociedades primitivas não haviam escolas, mas havia educação realizada de forma difusa em que todos os membros tinham acesso ao saber sendo concebida de forma integral e universal.

Nas relações entre adultos e as crianças e jovens havia a transmissão dos mitos e dos ritos de forma direta, ou seja, oralmente por meio do contato e da vivência com os demais membros permitindo, desta forma, a coesão do grupo. Nesse contexto tribal, a criança com deficiência era silenciada, pois, muitas vezes, eram mortas pela tribo. A prática era realizada em rituais de sacrifício com o intuito de preservar as tradições de seus ancestrais. Outra maneira muito utilizada pelas tribos indígenas era o abandono dos recém-nascidos nas matas, ou lançá-los dos mais altos montes. Assim, tinham o seu direito a vida negado. Ao focarmos para tal prática, depreendemos como afirma Garcia (2015) que tais costumes não diferem muito daqueles também observados em outros povos da história Antiga e Medieval, onde a deficiência era

vista com maus olhos, e entendida como um castigo das forças superiores, por esse fato, eram condenadas à morte.

No que se refere a educação, houve as primeiras escolas jesuíticas a cargo da Companhia de Jesus cuja função agregava a catequização-colonização- educação. Destinava-se, portanto, aos filhos dos índios de forma a cristianizá-los e aos filhos dos colonos para serem instruídos. Posteriormente, após a expulsão dos jesuítas a educação fundamentou-se na escola elementar de ler e escrever, destinada aos filhos dos colonos sendo, dessa forma, excludente.

As relações de trabalho, neste período histórico, passaram por uma importante alteração por meio da imposição do uso do trabalho escravo. Inicialmente, com a exploração dos indígenas na exploração do pau-brasil passando, progressivamente, para a utilização dos negros africanos utilizados no cultivo da cana-de-açúcar, visto que, a produção de açúcar era lucrativa para Portugal. O regime de escravidão no Brasil impunha ao africano um regime de trabalho fatigante e horrendo.

Além disso, os escravos eram mantidos em condições precárias, muitas vezes mal alimentados e vítimas dos mais variados tipos de violência. Eram tratados como animais, seres sem almas, servindo apenas para os serviços das lavouras, plantações e afazeres domésticos nas casas dos senhores de engenho. Desta maneira, eram apenas concebidos como mão-de-obra para alimentar a sua fortuna. Em concordância, a forma como se dava o tráfico negreiro provocava a morte de muitos escravos, os que não morriam ficavam com sequelas no corpo decorrentes dos maus tratos praticados sendo geradores de deficiências. Outras práticas que causava a mutilação dos negros eram as punições pela fuga das propriedades, vale destacar, que tais práticas eram previstas por lei e consentidas pela Igreja Católica. Assim,

No alvará assinado pelo rei D. João V, em 03 de março de 1741, estão expressos castigos aplicados aos negros fugitivos que fossem capturados, e, dentre uma variedade de punições, incluía-se o açoite, a amputação de membros e mutilações, contando inclusive com plena anuência da igreja, que resultaram numa população de negros com deficiências físicas, provocadas pelas torturas punitivas impostas por seus senhores, prática recorrente até o século XIX. (PEREIRA; SARAIVA,2017)

O destino dado aos escravos com deficiência e/ou mutilados era o abandono, assim, passavam a viver em extrema pobreza, às custas de esmola, sobrevivendo da caridade de outrem.

No contexto das pessoas com deficiência no período colonial, podemos citar, os próprios colonos que segundo Garcia (2015), desde o momento que chegaram ao território brasileiro sofreram com as condições climáticas e ambientais, como calor muito forte e grande quantidade de insetos. Essas condições tropicais manifestaram-se no bem estar e na saúde dos portugueses, provocando “enfermidades de natureza muito grave” chegando “a aquisição de severas limitações físicas ou sensoriais” (Figueira, 2008, p.55).

Dado o exposto, o percurso histórico das pessoas com deficiência no Brasil – Colônia foi circunscrito por uma fase inicial de eliminação e exclusão por considerar suas condições físicas, mentais e sensoriais como incomuns, não condizendo com os padrões “normais” da maioria da população, assim, não tendo o tratamento apropriado

Pessoas com deficiência no Brasil Império: inclusão ou exclusão?

O período da história brasileira conhecido como Brasil Império inicia-se com a Proclamação da Independência, em 1822 e termina com a Proclamação da República, em 1889. Representa a primeira forma de governo adotada no país independente que foi administrado pelos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II. Porém, a reforma política não proporcionou alterações econômicas e sociais relevantes.

Na segunda metade do século XIX, a crise econômica originada devido ao declínio da produção de açúcar foi superada, pois houve a expansão do cultivo do café e, com isso, reavivando o comércio tendo os Estados Unidos como consumidor em potencial. Desta maneira, consubstancia-se o modelo “agrário-comercial-exportador dependente.” (ARANHA, 2006, p.220).

No contexto educacional, há um grande impedimento de sistematização entre os dois níveis de ensino: o elementar e o secundário. Isso decorre devido à pouca preocupação dispensada a educação da maioria da população, predominantemente rural. Já que a elite da monarquia visava atender a interesses próprios. Isso resultou em uma grande demanda da população rural analfabeta, constituída sobretudo de escravos. Em contraposição, a elite educava seus filhos em casa, contratando preceptores ou professores já que não havia premissa de conclusão do curso primário.

Dessa forma, a educação se estabelece de forma fragmentada, visto que para os demais segmentos sociais restava a oferta de poucas escolas cuja atividade era restrita a ler, escrever e contar. “Assim, em 1878 vamos ter: 15.561 escolas

primárias, com 175 mil alunos, em 9 milhões de habitantes. Portanto, apenas cerca de 2 % da população era escolarizada.” (JANUZZI,2017, p.8)

O Ato Adicional de 1834 contribuiu ainda mais para agravar tal situação, pois atribuía à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior e às províncias coube a responsabilidade pelo nível de ensino elementar e secundário. Restringindo a educação da elite ao poder central e a da população, confiada às províncias. Diante deste quadro segregante surge o questionamento: Como se desenvolveu a educação especial destinada as pessoas com deficiência?

No final do século XIX é o marco fundamental para a educação especial, pois é o início da institucionalização dessa modalidade de ensino, que nesta época não se configurava como modalidade. Aporta-se como marco fundamental para o atendimento de pessoas com deficiência a criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e do Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, sob a manutenção e administração do governo imperial (MIRANDA,2008).

O Instituto dos Meninos Cegos, posteriormente denominado Benjamin Constant, dedicava-se “ao ensino primário e alguns ramos do secundário, ensino de educação moral e religiosa, de música, ofícios fabris e trabalhos manuais.” (JANUZZI,2017, p.20). Funcionava em regime de internato que configurava o modo de pensar da época, pois por meio desta prática proporcionava-se um ensino exclusivamente pedagógico.

A criação desses institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos com deficiência abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a educação, mas não atendia a grande demanda. Configura-se, de forma tímida, os primeiros traçados para o estabelecimento da educação especial por meio de ações isoladas embasadas na concepção de normalidade/anormalidade havendo a estruturação de duas tendências: médico-pedagógica instigando a criação de escolas em hospitais e psicopedagógico que reconhecia a educação dos indivíduos considerados “anormais” por meio de direcionamento para escolas ou classes especiais.

Mediante o trajeto educacional configurado no Império, depreende-se que o atendimento educacional direcionado às pessoas com deficiência foi concebido isoladamente da educação oferecida aos demais. Portanto, a educação especial inicia sua configuração como um campo específico, sem interlocução com a educação comum, marcado por ações isoladas abarcando mais as deficiências visuais e auditivas em detrimento das físicas e mentais, esta última, levada a taciturnidade

representando um sistema paralelo de ensino dentro de um contexto de pouca atenção à educação pública em geral.

O ideal da integração e sonho da inclusão social dos indivíduos com deficiência na República Federativa do Brasil

Com o declínio da monarquia em 1889, inicia-se no Brasil, a República no qual foi instituído o governo representativo, federal e presidencial. O federalismo deu autonomia aos Estados e, assim, a República foi um consolidador da democracia brasileira, que segue até os dias de hoje.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil passa por um desenvolvimento industrial destituindo de forma lenta e gradual o modelo econômico agrário-exportador. Muitos cafeicultores passaram a investir no estabelecimento de indústrias utilizando, a princípio, mão de obra de imigrantes italianos e espanhóis. Fato esse ocorrido principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No decorrer das décadas, principalmente durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a indústria brasileira obteve amplo desempenho, com isso, a escola primária começou a ser popularizada dado o grande número de analfabetos.

Concomitante a este período, as reformas educacionais no Brasil sofrem influência do movimento da Escola Nova em que através de um documento denominado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova realizam críticas às concepções tradicionais da educação constituída de forma magistrocêntrica e propunha a reestruturação do sistema educacional, de forma a desenvolver a democratização do ensino. Por meio deste movimento, vários docentes psicólogos europeus foram trazidos, dentre eles, destaca-se a psicóloga russa Helena Antipoff, encarregada pela formação de serviços de diagnose, classes e escolas especiais, além da fundação do Instituto Pestalozzi responsável pela elaboração de trabalhos para as pessoas com deficiência que se expandiu e contribuiu para a formação de profissionais para empenharem-se na área de educação especial pelo país.

Apesar de reformas observadas no sistema educacional, a expansão dos serviços de educação especial permanece muito lenta, mas significativa. Diante deste quadro, em 1950, surge a AACD- Associação de Assistência à Criança Defeituosa em São Paulo e, em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE atendendo aos casos de deficiência mental. Portanto, o ideário

escolanovista representou um encorajamento ao processo de reconhecimento de alunos que não conseguiam acompanhar o ritmo escolar para a necessidade de obter uma educação mais apropriada em classes ou escolas especiais.

A partir de 1970, a educação especial passou de fato a ser institucionalizada tornando-se um movimento de integração social dos indivíduos com deficiência havendo o cuidado dos governos com a formação de organizações públicas e privadas, órgãos normativos estaduais e federais e de classes especiais. Em termos de planejamento de políticas públicas ocorre a criação do Centro Nacional de Educação Especial, em 1973, após várias reestruturações passa a ser denominada Secretaria de Educação Especial (SEESPE) órgão específico do Ministério da Educação e do Desporto. Em âmbitos legais, de forma a reforçar a obrigação do país em prover a educação é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 que constituiu significativos avanços para a Educação Especial ao delimitar o capítulo V, para este fim.

Destaca-se também no decorrer deste processo de consolidação: a criação, em 2003, do Programa Educação Inclusiva pelo Ministério da Educação com direito ao acesso de todos à escolarização com acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado (AEE); a implementação do Núcleo de Atividade de Altas Habilidades/ Superdotação (NAAH/S), em 2005; o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, em que sejam disponibilizados instrumentos necessários à necessidade específica do aluno com deficiência. Além do Programa Nacional de Educação, em 1994, que define diretrizes voltadas para a educação especial.

Em lei, muitas conquistas foram adquiridas, mas é necessário garantir que essas conquistas sejam de fato concretizadas no cotidiano escolar, pois o governo não tem conseguido garantir a democratização do ensino, permitindo o acesso, a permanência e o êxito de todos os alunos do ensino especial na escola.

Considerações Finais

Dado o exposto, compreende-se que a trajetória da educação especial foi marcada pela exclusão das pessoas com deficiência, pois a evolução de seu processo histórico ocorreu com características díspares daquelas observadas nos países europeus e norte-americanos.

Houve uma demarcada fase de desinteresse e omissão que perdurou no Brasil até meados da década de 1950. Concebe-se, inicialmente

a ideia de assistencialismo e não a educação de alunos com deficiência, sendo portanto, a inclusão escolar um direito conquistado pelos movimentos desde 1970 até os dias atuais concebendo a acessibilidade, inclusão em classe regular, inclusão no ensino superior, dentre outros.

Embora todos os documentos referentes a educação de indivíduos com deficiência o modelo de inclusão seja o eixo norteador fica a preocupação de que este, possa se tornar realidade, pois sabe-se que embora tenha alunos matriculados em escolas regulares isso não significa que tenha uma escolarização de qualidade.

Referências

- ARANHA, Maria de Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- FIGUEIRA, Emílio. **Introdução à psicologia e pessoas com deficiência: a base de uma nova construção**. Ebook, 1547p.
- GARCIA, Vinicius Gaspar. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e o contexto contemporâneo**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. 165p.
- JANUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP. Autores Associados, 2017.
- PEREIRA, Jaqueline de Andrade Pereira; SARAIVA, Joseana Maria. **Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social**. SER Social, Brasília, v.19.n.40.p1687-186.jan-jun/2017.
- MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento histórico**. Cadernos de História da Educação – n. 7 – jan. / dez. 2008.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. – 24. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2016.